



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

LEIDE DAYANA LEITE FERREIRA

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NUMA
PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA E LIBERTADORA**

CAJAZEIRAS - PB

2009

LEIDE DAYANA LEITE FERREIRA

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NUMA
PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA E LIBERTADORA**

**Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Plena em Pedagogia do
Centro de Formação de Professores da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia.**

Orientadora: Professora Ma. Maria Janete de Lima.

CAJAZEIRAS - PB

2009



P436a Ferreira, Leide Dayana Leite.
Avaliação da aprendizagem numa perspectiva
construtivista e libertadora / Leide Dayana Leite Ferreira.
- Cajazeiras, 2009.
41f.

Monografia(Licenciatura em Pedagogia)Universidade
Federal de Campina Grande, Centro de Formação de
Professores, 2009.
Contém Bibliografia.
Não disponível em CD.

1. Avaliação escolar. 2. Educação infantil. 3. Ensino e
aprendizagem-avaliação. 4. Rendimento escolar. I. Lima,
Maria Janete de. II. Universidade Federal de Campina
Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título

CDU 37.091.26

LEIDE DAYANA LEITE FERREIRA

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NUMA PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA E
LIBERTADORA**

DATA DA APROVAÇÃO, _____ / _____ / _____

APROVADA POR:

**Prof. Ms. Janete
(Orientadora)**

Dedico esta Monografia aos meus pais porque eles sempre me incentivaram nesta longa caminhada e pelo esforço que tiveram para esse momento tão especial na minha vida se tornar realidade.

Ao meu noivo que sempre esteve presente ao meu lado dando sugestões e opiniões nos momentos em que precisei de um ombro amigo.

Aos colegas de sala que de certa forma contribuíram para a realização do trabalho e pela ajuda que me proporcionaram durante o percurso.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ser o patrono do universo e por nos dá a vida, o dom e a coragem para lutar pelos meus ideais.

A família que é a base de tudo na vida, pois ela é o presente mais importante que temos e sem a mesma não seríamos nada sem a sua efetiva participação que nos apóia nos momentos mais difíceis de nossa vida e nos dá forças para conquistar nossos objetivos.

Ao meu amor Cícero que sempre me ajudou na hora que estava precisando.

Aos amigos em geral que me ajudaram na realização do trabalho dando-me incentivos para que continuasse estudando e não desistisse por qualquer motivo.

Quando uma criatura humana desperta para um grande sonho e sobre ele lança toda a força de sua alma, todo o universo conspirará a seu favor.

Goethe

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAÍBA

RESUMO

Este trabalho analisa a prática avaliativa de professores da Educação Infantil e Fundamental. A parte introdutória se configura como a narrativa sobre o que é a avaliação e como acontece essa prática no contexto escolar do dia-a-dia em sala de aula além de, procurar despertar nos professores interesse pelo objetivo de investigação, apresenta-se o tema da pesquisa traçando as linhas gerais do que se pretende demonstrar. A pesquisa centra seu foco investigativo sobre a avaliação a escola no sítio Picada dos Andrade da cidade de São José de Piranhas – PB. Aborda os principais entraves no processo avaliativo daquela escola. Trata das possibilidades para um processo de avaliação no campo, a partir da discussão dos fundamentos teóricos metodológicos da avaliação nas escolas do Ensino Infantil e Fundamental. Busca-se, portanto, demonstrar que a avaliação é fundamental para o asseguramento da cidadania, uma vez que traz benefícios valiosos para aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem, vivenciam transformações sócio-culturais marcantes em suas vidas. O que se constata especialmente, é o grau de motivação dos alunos que vêem a avaliação como forma de punição e não como meio de enriquecer o seu conhecimento e alargando o seu leque de capacidade de enfrentar problemas. A avaliação é um processo contínuo para o crescimento pessoal e, por conseguinte para a constituição do sujeito social. Outro fato incidente que se revela bastante preocupante na educação está relacionado a formação de professores e sua prática no ensino. Neste aspecto, os professores enfrentam circunstâncias de mudanças que os obrigam a fazer mal o seu trabalho sendo assim, considerados como responsáveis imediatos pelas falhas do sistema de ensino. Há diversos indicadores que se referem a uma mau qualidade do ensino: o avanço das ciências, das tecnologias, as profundas mudanças sociais ocorridas na sociedade tem causado mal estar na profissão docente. Então, se faz necessário que o professor pense criticamente e estudar cientificamente a realidade, isto é, sob o ponto de vista histórico, aprendendo a realidade natural e social na sua transformação em objetos de conhecimento pela atuação humana passada e presente, incluindo a atividade própria do aluno de reelaboração desses objetos de conhecimento.

Palavras-chave: Avaliação. Conhecimento. Prática. Reflexão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I – Avaliação do Ensino Aprendizagem	11
1.1 Construtivismo e avaliação	18
CAPÍTULO II - Instrumentos de verificação do rendimento escolar	21
2.1 Reflete a unidade objetivos – conteúdos e métodos	23
2.2 Possibilita a revisão do plano de ensino.....	24
2.3 Ajuda a desenvolver capacidades e habilidade	24
2.4 Volta-se para atividade dos alunos	25
2.5 Ser objetivas	25
2.6 Ajuda na percepção do professor	25
2.7 Reflete valores e expectativas do professor em relação aos alunos	25
2.8 Critérios de avaliação	28
2.9 Decisões aos resultados da avaliação	31
CAPÍTULO III - Análise dos Dados	33
3.1 Análise crítica dos questionários dos alunos	34
3.2 Análise dos questionários dos professores	35
3.3 Análise do questionário do gestor	36
3.4 Análise de estágio.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
ANEXOS	42

INTRODUÇÃO

Este projeto visa um estudo sobre a ação dos professores da E.M.E.I.F. Fernando Leite, sítio Picada, São José de Piranhas – PB, sobre o processo de avaliação da aprendizagem com seus alunos.

Avaliar é uma atividade que realizamos rotineiramente e que nos permite ter um juízo sobre várias situações, já que toda a vida humana é pautada nos referenciais dados pelos julgamentos que fazem sobre os seus atos. Dessa forma é uma atividade necessária na construção dos resultados alcançados, bem como no direcionamento da própria ação.

Sabemos que a avaliação está muito além da busca de resultados, ela está em todos os momentos de nossas vidas, quando refletimos nossos atos. No meio educacional não poderia ser diferente, é o processo pela qual constantemente professor e aluno interpretam os conhecimentos, habilidades e atitudes para averiguar as mudanças ocorridas na aprendizagem.

A avaliação é sempre necessária pois, durante sua constituição verificamos acertos e erros. Erros esses que poderão ser transformados de acordo com a necessidade, pois a avaliação nos impulsiona como ato crítico para uma boa aprendizagem, assim afirma Luckesi: “A avaliação é o ato crítico que nos subsidia na verificação de como estamos construindo nosso projeto” (1997, p.118).

Sabendo que a ação educacional não é algo pronto e acabado, ao contrário é dinâmico, sendo capaz de abrir novos horizontes através de questionamentos, análises, planos e realizações, é que decidimos a realização desse estudo.

Na escola escolhida para realização desse trabalho detectamos vários equívocos sobre a prática avaliativa dos professores como: mensurar, qualificar, dar metas, passar de ano, gerando desistência e reprovação por parte dos alunos. Nessa perspectiva não era feito uma análise em cima do seu próprio erro, para que ele pudesse aprimorar seus conhecimentos.

Pretendemos por meio deste trabalho buscar que tipo de prática de avaliação é usada pelos educadores desta instituição de ensino e como isso tem influenciado no seu fazer pedagógico.

Pressupomos que o nosso trabalho possa ajudar na compreensão do problema em pauta e que os profissionais envolvidos nessa escola queiram buscar novos estudos para que possam ampliar e construir conhecimentos.

Considerando, pois a avaliação relevante e indispensável na trajetória profissional do professor deve assumir o papel de um pesquisador de seus alunos analisando os trabalhos realizados, conversar com os alunos sobre eles, pois durante a conversa certamente obterá informações importantes a respeito de suas produções.

Baseando-se nesses termos conseguimos organizar um trabalho no sentido de compreendermos os professores no processo avaliativo já que, reflexões e discussões a respeito do assunto nos encaminham a buscar alternativas viáveis para a efetivação de uma avaliação democrática.

Na E.M.E.I.F. Fernando Leite os professores afirmam com frequência que a avaliação é uma tarefa muitas vezes constrangedora. Daí, o processo avaliativo torna-se um momento constrangedor, tanto para o educando quanto para o educador, Pois ambos desconhecem a importância real da finalidade da avaliação dentro do processo ensino-aprendizagem.

Diante disso, levantamos as seguintes indagações: que tipo de prática avaliativa é desenvolvido pelos professores no Ensino Fundamental da escola citada? Outros questionamentos são relevantes no sentido de enriquecer e dar consistência a este trabalho: Qual é o objetivo da avaliação da aprendizagem? Como se dá o processo avaliativo na escola? Afinal qual a concepção dos professores a cerca da avaliação da aprendizagem?

O estudo teve por objetivo refletir sobre a avaliação escolar numa respectiva construtivista identificando que tipo de prática avaliativa é desenvolvida pelos professores desta escola

Verificando que concepção tem os professores sobre avaliação da aprendizagem escolar, analisando com quais objetivos a avaliação da aprendizagem é utilizada e assim identificar as dificuldades dos educadores em realizar processos avaliativos junto a participação dos alunos nos processos avaliativos e identificando os modelos de avaliação nas principais disciplinas

Neste trabalho, optamos por desenvolver uma pesquisa numa perspectiva qualificativa, buscando informações a respeito do que os professores pensam sobre avaliação da aprendizagem. Essa abordagem visa criar maior familiaridade em relação a um fato ou fenômeno fazendo uma aproximação com o tema, segundo Santos: “Explorar é tipicamente a primeira aproximação de um tema e visa criar maior familiaridade em relação a um fato ou fenômeno.” (2000, p.26).

O universo a ser pesquisado foram os professores e alunos do Ensino Fundamental da escola citada para aproximar-nos do problema em questão, utilizamos como instrumento para coleta de dados um questionário com questões objetivas e subjetivas procurando verificar qual prática avaliativa é processada pela escola.

Coletamos os dados, optamos por uma análise dos mesmos, alicerçada no referencial teórico, que serviu como ponto de partida para compreensão da concepção de avaliação praticada no estabelecimento de ensino. Diante dos dados obtidos, elaboramos um programa de estudos, reflexões e aprofundamentos teóricos sobre os problemas e necessidades que afligem a escola e os membros que dela fazem parte na tocante a avaliação da aprendizagem.

CAPÍTULO I

AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO APRENDIZAGEM

Este trabalho se baseia nas teorias dos autores: LUCKESI (1997–2000); HOFFMANN (1995) e LIMA (1998). Entre outros que transmitem uma visão crítica e transformadora da avaliação, como sendo um momento de problematização, questionamento e reflexão sobre a ação pedagógica.

Dentro de uma visão, em que educar é formar e aprender, é construir o próprio saber, a avaliação toma dimensões mais abrangentes. Ela não se limita apenas em atribuir notas, pois a avaliação pode desempenhar um excelente papel no desenvolvimento dos alunos, fazendo com que eles superem suas dificuldades e confiem em seu potencial assim serão alcançados os objetivos para o processo ensino-aprendizagem. Dessa forma séria uma educação moderna e eficiente como afirma Lima:

“Com isso, queremos dizer que a primeira coisa a ser feita, para que a avaliação sirva a democratização do ensino é modificar a ação classificatória para o diagnóstico, ou seja, a avaliação deverá ser assumida como instrumento de compreensão do estágio e aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que ela possa avançar seu processo de aprendizagem” (1998, p. 20).

Lima (1998) especifica claramente a avaliação como meio de aperfeiçoamento do ensino e não uma ação classificatória que limita e impede a democratização do ensino.

Avaliar deve ser sempre uma ação constante de observação do conjunto intelectual e emocional do indivíduo. Para o autor esse sistema avaliativo de provas, é arcaico e traumático. Vejamos como ele afirma:

“Não deve haver hora específica de verificação. Todo momento é ocasião de apreciar o rendimento escolar. O sistema traumático de provas e exames move menos o rendimento real às aptidões que o equilíbrio emocional...” (LIMA, 1998, p. 92).

Diante desses aspectos, a avaliação é de uma importância no processo educacional do professor para que possa refletir sobre uma prática pedagógica. Nesse sentido HOFFMANN afirma:

A avaliação é essencial' a docência, no seu sentido de constante inquietação, de dúvida. Um professor não problematiza as situações do cotidiano, que não reflete passo a passo sobre suas ações e as manifestações dos alunos, instala sua docência em verdades prontas e adquiridas..." (1995, p. 111).

O fenômeno avaliativo deve subsidiar o professor para refletir constantemente sobre a sua prática. Para o aluno deve servir na conscientização de suas conquistas, dificuldades e possibilidades de crescimento na aprendizagem. Concordando com o pensamento de Luckesi quando diz: "A avaliação da aprendizagem existe propriamente para garantir a qualidade de aprendizagem do aluno. Tendo a função de possibilitar uma qualificação da aprendizagem do educando..." (2000, p. 66).

A avaliação possibilita a instituição escolar a definição das propriedades ou aspectos do processo ensino-aprendizagem, requerendo maior atenção e apóio. O desafio à escola é redefinir o processo avaliativo, onde a mola mestra para o desenvolvimento dessa proposta é reflexo consciente da própria ação pedagógica. Além de criticamente, desenvolver suas ações em conjuntos, no sentido de efetivar realmente, um processo de ensino-aprendizagem de qualidade.

Avaliar indica verificar o desempenho do aluno no decorrer de todo o processo da educação, desde o início até o final. Sem julgá-lo no decorrer do processo de aprendizagem. Vejamos o que coloca HOFFANN:

"A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexões permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento, passo a passo do educando, na sua trajetória de construção do conhecimento. Um processo interativo, através do qual educando e educadores aprendem sobre si mesmos sobre a realidade escolar no ato próprio da avaliação" (1995, p. 18).

Hoffmann, aqui propôs uma visão bastante generalizada de avaliação ao dizer que essa é uma ação permanente de acompanhamento do educador e educando, onde ambos conhecem sobre si e claro sobre sua realidade escolar.

A prática da avaliação na primeira fase do ensino fundamental, através da relação professor aluno, caracteriza-se pelo envolvimento de ambas numa postura recíproca, igualitária e franca, no sentido de superar as dificuldades encontradas no processo ensino-aprendizagem.

Avaliar conhecimentos é privilegiar a experiência acumulada das pessoas, afim de não cometer injustiças e fazer com que essas sejam socializadas. Atribuindo-a confronto, criação de problemas, questionamentos... Esse momento deve ser para pensar e repensar a prática pedagógica, não só para atribuir uma nota. Embora seja necessária a apresentação da aprendizagem, a avaliação quantitativa assume a comprovação do grau em que os objetivos, previamente estabelecidos, foram alcançados.

O verdadeiro processo educativo desenvolve o diálogo e a colaboração entre alunos e professores. Considerando os aspectos quantitativos da aprendizagem. Estimulando o processo de reflexão, ação, a partir da compreensão crítica do saber que foi produzido pela humanidade.

“De fato, avaliação da aprendizagem deveria servir de suporte para a qualificação daquilo que acontece com o educando, diante dos objetivos que se tem, de tal modo que se pudesse verificar como agir para ajudá-lo a alcançar o que procura. A avaliação não deveria ser fonte de decisão sobre o castigo, mas de decisão do crescimento sadio e feliz” (LUCKESI, 1997, p. 58).

A concepção de avaliação dos Parâmetros Curriculares Nacionais vai além da visão tradicional, que focaliza o controle externo do aluno mediante notas ou conceitos, para ser compreendida como parte integrante intrínseca ao processo educacional.

Acontece contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. Possibilita conhecer o quanto ele se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem que o professor tem em determinados momentos da escolaridade, em função da intervenção pedagógica realizada. Portanto, a avaliação das aprendizagens só pode acontecer se forem relacionadas com as oportunidades oferecidas, isto é analisando a adequação das situações didáticas propostas aos conhecimentos prévios dos alunos e aos desafios que estão em condições de enfrentar.

A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo grupo.

Tomar a avaliação nessa perspectiva e em todas essas dimensões requer que esta ocorra sistematicamente durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não somente após o fechamento de etapas do trabalho, como é o habitual. Isso possibilita ajustes constantes, num mecanismo de regulação do processo de ensino e aprendizagem, que contribui efetivamente para que a tarefa educativa tenha sucesso.

O acompanhamento e a reorganização do processo de ensino e aprendizagem na escola inclui, necessariamente, uma avaliação inicial, para o planejamento do professor, e uma avaliação ao final de uma etapa de trabalho.

Já que um sistema educacional comprometido com o desenvolvimento das capacidades dos alunos, que se expressam pela qualidade das relações que estabelecem e pela profundidade dos saberes constituídos. encontra, na avaliação, uma referência à análise de seus propósitos, que lhe permite redimensionar investimentos, afim de que os alunos aprendam e melhor e atinjam os objetivos propostos.

Utilizar a avaliação como instrumento para o desenvolvimento das atividades didáticas requer que ela não seja interpretada como um momento estático, mas antes como um momento de observação de um processo dinâmico e não-linear de construção de conhecimento.

Em suma, a avaliação contemplada nos Parâmetros Curriculares Nacionais é compreendida como: elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino; conjunto de ações cujo objetivo é o ajuste e a orientação da intervenção pedagógica para que o aluno aprenda da melhor forma; conjunto de ações que busca obter informações sobre o que foi aprendido e como; elemento de reflexão contínua para o professor sobre sua prática educativa; instrumento que possibilita ao aluno tornar consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades; ação que ocorre durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho. Uma concepção desse tipo pressupõe considerar tanto o processo que o aluno desenvolve ao aprender como o produto alcançado. Pressupõe também que a avaliação se aplique não apenas ao aluno, considerando as expectativas de aprendizagem, mas às condições oferecidas para que isso ocorra. Avaliar a aprendizagem, portanto, implica avaliar o ensino oferecido se por

exemplo, não há a aprendizagem esperada significa que o ensino não cumpriu com sua finalidade: a de fazer aprender.

Pois, quanto mais os alunos tenham clareza dos conteúdos e do grau de expectativa da aprendizagem que se espera, mais terão condições de desenvolver, com a ajuda do professor, estratégias pessoais e recursos para vencer dificuldades.

A avaliação, apesar de ser responsabilidade do professor, não deve ser considerada função exclusiva dele. Delegá-la aos alunos, em determinados momentos, uma condição didática necessária para que construam instrumentos de auto-regulação para as diferentes aprendizagens. A auto-avaliação é uma situação e aprendizagem em que o aluno desenvolve estratégias de análise e interpretação de suas produções e dos diferentes procedimentos para se avaliar. Além desse aprendizado ser, em si, importante, porque é central para a construção da autonomia dos alunos, cumpre o papel de contribuir com a objetividade desejada na avaliação, uma vez esta só poderá ser construída com a coordenação dos diferentes pontos de vista tanto do aluno quanto do professor.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, vão indicar que para a avaliação cumpra o seu caráter diagnóstico e mediador, o professor deverá estabelecer com clareza o que vai ser avaliado. Selecionando técnicas adequadas para avaliar o que se aprende, vão apontar a grande necessidade de se lançar mão dos mais diversos meios e instrumentos para que avaliação envolva os diferentes pontos da aprendizagem, englobando, os aspectos orais e escritos. “É fundamental a utilização de diferentes códigos, como verbal, oral, o escrito, o gráfico, o numérico, o pictórico de forma a se considerar as diferentes aptidões dos alunos (...)” (PCN, 1997, p. 84).

Entretanto, Hoffmann (1995), quando se refere aos métodos afirma que: “(...) de nada valem as orientações metodológicas, se não estiverem fundamentadas em uma concepção libertadora de avaliação (...)” (p. 114).

Nessas palavras, vamos perceber que a construção de uma avaliação mais democrática e mais diagnóstica passa essencialmente pela concepção que os professores têm acerca desta.

Com isso a autora informa que o papel do professor é de destaque. Uma vez que a efetivação da avaliação escolar propriamente dita, passa pela conscientização e pelo comprometimento dos profissionais da educação e principalmente do professor, que é quem está em contato direto com o aluno, o outro pólo fundamental do professor.

Reforçando o que Hoffmann diz, vem Luckesi (1997) que como grande defensor da avaliação comprometida coma democratização do ensino, vem convocando os professores a assumirem uma posição clara e explícita em favor dessa avaliação, para que ela saia dos discursos e chegue até as salas de aulas.

“(…) O primeiro passo que nos parece fundamental para redimensionar os caminhos da prática da avaliação é assumir um posicionamento claro e explícito (...); conversão de cada um de nós, professor, educador, para novos rumos da prática educacional, conversão aqui, que quer dizer conscientização (...)” (LUCKESI, 1997, p. 42).

Percebemos que em todos os autores, a preocupação primordial não é oferecer modelos ou técnicas necessárias para realização da avaliação comprometida principalmente com a educação em seu sentido mais amplo, ou seja, a democratização do ensino, servindo como mediador no cumprimento de sua função diagnóstica. Assim tanto Luckesi, como Sousa, Hoffmann e Saul, e tantos outros educadores do Brasil, adotam a avaliação como processo de ensino-aprendizagem. A avaliação é para eles, na verdade reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar, tanto do professor como dos alunos. Reflexão essa, que permite uma tomada de decisão que deve ser feita em seguida.

Observa-se que no processo avaliativo aplicam-se provas e exames que na maioria são impostas e não condizem com o conteúdo trabalhado. Para se fazer justo a essas novas considerações, nos baseamos no pensamento de Luckesi quando considera que: “As provas e exames são realizados conforme o interesse do professore ou do sistema de ensino. Nem sempre se leva em consideração o que foi ensinado (...)” (LUCKESI, 2000, p.23).

Portanto a avaliação do rendimento escolar precisa ser vista com outros olhos precisa se desmistificar este fantasma que foi criado para amedrontar os alunos para alcançar seus objetivos. Ele precisa ser revisto pelos educadores de maneira que venha contribuir para a melhoria do ensino-aprendizagem. Para que isso aconteça precisa-se de uma ação conjunta entre educadores, estabelecimentos de ensino, pais, alunos e própria sociedade. Todos precisam conscientizar-se sobre o verdadeiro papel no meio educacional.

Um dos equívocos e contradições que se estabelecem em torno dessa prática, a decorrência é a dicotomia entre educação e avaliação, os educadores percebem a ação de educar e ação de avaliar com dois momentos distintos e não relacionados e exercem essas ações de forma diferenciada. Assim é, por exemplo, a atitude de muitos professores de pré-escola e de séries iniciais no cotidiano revela um efetivo acompanhamento do desenvolvimento dos alunos a partir de um relacionamento e afetivo e buscar de compreensão de suas dificuldades. Ao final de um semestre ou bimestre, entretanto, enfrentam a tarefa de transformar suas observações (significativas e consistentes) em registros anacrônicos, sob a forma de conceitos classificatórios ou listagens de comportamentos. Nesse sentido HOFMANN, afirma que:

“É necessária a tomada de consciência e a reflexão a respeito desta compreensão equivocada de avaliação como julgamento de resultados porque ela veio se transformando numa perigosa prática educativa” (1991, p.16).

A avaliação é essencial à educação inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação. “Educar é fazer ato em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente” (Gadotti, 1984). Um professor que não avalia constantemente a ação educativa, no sentido indagativo, investigativo, do termo, instala sua docência em verdades absolutas, pré-moldados e terminais.

Nessa tarefa, de reconstrução da prática avaliativa, considero premissa básica e fundamental a postura de “questionamento” do educador. A avaliação é a reflexão transformada em reflexão. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade e acompanhamento passo a passo, do educando, na sua trajetória de construção do conhecimento. Um processo interativo, através do qual educandos e educadores aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade escolar no ato próprio da avaliação.

A avaliação, numa perspectiva de construção do conhecimento, parte de duas premissas básicas: confiança na possibilidade dos educandos construir suas próprias verdades e valorização de suas manifestações e interesses. Uma nova perspectiva de avaliação exige do educador uma concepção de criança, de jovem e adulto, como sujeitos do seu próprio desenvolvimento, inseridos no contexto de sua realidade social e política. Seres autônomos

intelectual e moralmente (com capacidade e liberdade de tomar suas próprias decisões), críticos e criativos (inventivos, descobridores, observadores) e participativos (agindo com cooperação e reciprocidade).

“Nessa dimensão, avaliar e dinamizar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor, que incitará o aluno a novas questões a partir de respostas formuladas” (HOFMANN, 1991, p.20).

Uma prática avaliativa coerente com essa perspectiva exige do professor o aprofundamento em teorias do conhecimento. Assim, a avaliação deixa de ser um momento terminal do processo educativo (como hoje é concebida) para se transformar na busca incessante de compreensão das dificuldades do educando e na dinamização de novas oportunidades de conhecimento. Compreender as dificuldades encerra, além disso, um princípio de descentração por parte do educador. Pensar como o aluno pensa e porque ele pensa dessa forma, não é tarefa costumeira dos professores. (Piaget, 1997)

1.1 Construtivismo e Avaliação

Os cidadãos do século XXI, que estão agora nas aulas da escola primária precisam assumir um tipo de filosofia educativa para o crescimento cognitivo e só o construtivismo é capaz de assumir a criatividade como algo inerente ao crescimento já que o construtivismo como processo e a construção como necessidade histórica nunca estiveram tão juntos e foram tão necessários agora.

A ação avaliativa abrange justamente a compreensão do processo de cognição. Porque o que interessa fundamentalmente ao educador é dinamizar oportunidades de o aluno refletir sobre o mundo e de conduzi-lo à construção de um maior número de verdades, numa espiral necessária de formulação e reformulação de hipóteses (abstração reflexiva). Não há começo nem limites, nem fins absolutos no processo de construção do conhecimento, segundo Piaget (2001).

As teorias sobre avaliação configuram-se hoje, em duas direções (não ambivalentes). Em primeiro lugar, na análise dos princípios inerentes a uma proposta construtivista de educação (a partir da teoria psicogenética de Jean Piaget), coerente com uma pedagogia libertadora, conscientizadora das diferenças sociais e culturais. Na medida em que a ação

avaliativa exerce uma função dialógica e interativa, ela promove os seres moral e intelectualmente, tornando-os críticos e participativos, inseridos no seu contexto social e político.

“Isto é, o dialogo é uma espécie de postura, na medida em que os seres humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e refazem (...) Através do dialogo, refletindo juntos sobre o que sabemos, podemos, a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade”. (FREIRE, 1986).

A contribuição dessa teoria importa na medida em que se contrapõe à teoria de medidas referenciadas à norma, de caráter classificatório e comparativo, cuja orientação, na elaboração de instrumentos de avaliação está presente até hoje nos cursos de formação de professores.

Abandonando justamente o principio de interpretação das respostas dos alunos às tarefas de aprendizagem, tal teoria traz em si a denuncia do significado equivocado dos números na expressão de resultados e a importância da definição de pontos, referenciais para interpretação séria das dificuldades individuais dos alunos.

As medidas referenciadas a critério podem desempenhar um papel significativo no acompanhamento do processo de construção de conhecimento. Referem-se à necessária especificação, descrição, interpretação dos erros evidenciados num teste de aproveitamento. Essa interpretação, não é feita comparativamente. Ou seja, com base na posição relativa dos elementos do grupo como é orientado nas medidas tradicionais (referenciadas as normas), mas sim, com referência ao status do aluno em relação a determinado pontos referenciais (critérios) estabelecidos como indicadores de aprendizagem.

As informações obtidas a partir dessa interpretação favorecem, em primeiro lugar, o dialogo entre professor e aluno necessário ao reprisar de hipóteses, à reformulação de alternativas. Por outro lado, dinamizam a reflexão do professor sobre seus próprios posicionamentos metodológicos, na elaboração de questões e na análise de respostas dos alunos.

O aprofundamento nessa teoria tem contribuído como reforço nas discussões, de grupos de professores que necessitam da preparação de tarefas avaliativas relevantes para acompanhar as dificuldades dos alunos, em grande número em sala de aula.

Percebendo a ação avaliativa em sua complexidade, a proposta é de gerar em estado de alerta do professor sobre o significado de sua prática, discutindo, avaliando, refletindo, com base nos princípios introduzidos anteriormente.

Questionar-se e questionamento é premissa básica de uma perspectiva construtivista de avaliação. O tema avaliação configura-se gradativamente muito problemática na educação à medida que se amplia à contradição entre o discurso e a prática dos educadores, pois compreender a avaliação numa perspectiva construtivista e libertadora exige, entender, uma ação consensual nas escolas e universidades no sentido de revisão do significado político das exigências burocráticas dos sistemas municipais, estaduais e federais de educação.

A LDB no Art. 9º no que se refere a organização da educação nacional diz:

“Assegurar processo nacional de avaliação no rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.” (LDB, 1996, p.11).

A avaliação, nessa perspectiva, deverá encaminhar-se a um processo dialógico e cooperativo através do qual educando e educadores aprendem sobre si mesmo no ato próprio da avaliação. Se analisarmos seriamente as contradições hoje imanentes à avaliação percebemos que as explicações ultrapassam os muros das escolas. As relações de poder que se travam em nome dessa prática são reflexos de uma sociedade liberal e capitalista, que se nutre de exigências burocráticas para mascarar o seu verdadeiro descaso com a educação de todos os níveis. É urgente encaminhar a avaliação, a partir da efetiva relação professor e aluno, em benefício à educação do país, contrapondo-se à concepção sentenciosa, grande responsável pelo processo de eliminação de criança e jovens na escola.

A discussão desse tema encontra um forte ampliador que se constitui na relação estreita estabelecida por muitos professores, do tipo “dar nota é avaliar”, “fazer prova é avaliar”. Então sobre a necessidade de conhecimentos que envolvesse aspectos inerentes ao estabelecimento dessas relações no sentido de esclarecer sobre equívocos pertinentes à definição de avaliação como sinônimo de testar e medir estudos sobre avaliação que incluem a análise desses procedimentos e as confusões de terminologia.

CAPÍTULO II

INSTRUMENTOS DE VERIFICAÇÃO DO REDIMENTO ESCOLAR

Os termos TESTE e MEDIDA são definidos de forma vaga e as respostas não revelam consenso entre professores. Um dos principais equívocos estabelecidos em relação a termos pertinentes à prática avaliativa:

- A expressão medida, em educação, adquiriu uma conotação ampla e difusa.;
- Estabelecem notas e conceitos através de métodos impressionistas ou por comparação. Aspectos atitudinais e tarefas dissertativas são arbitrariamente pontuados;
- O termo conceito assume muitas vezes papel absoluto ns decisões de eliminação;
- O teste é entendido como instrumento de constatação e mensuração e não de investigação.

A expressa medida, em educação, adquirir uma conotação ampla e difusa, a palavra medida, principalmente, recebe várias definições e assume uma ampla e difusa conotação pelo seu significado próprio, medimos a extensão quantidade, volume e outros atributos dos objetos e fenômenos o que medimos deve ser invariavelmente expresso em escalas ou graus numéricos, segundo Lindeman (1972). Assim, nem todos os fenômenos podem ser medidos, por não haver instrumentos para tanto, ou por não admitirem tal precisão numérica.

Felizmente, os cientistas ainda não fabricaram instrumentos para medir o amor ou a tristeza e outros sentimentos humanos, podemos medir, na escola, a frequência às aulas, por exemplo, elementos sempre presente nos regimentos escolares ou podemos medir (contar) o número de acertos em uma tarefa, o número de livros lidos ou de trabalhos entregues.

Mas o que se percebe é que os professores não definem o termo medido com essa clareza e muito menos o utilizam nesse sentido o que acontece é então, a atribuição de graus numéricos a vários aspectos relacionados à vida dos alunos na escola, indiscriminadamente. Diante, desse equívoco, a atribuição de notas a aspectos atitudinais dos estudantes (comprometimento, interesse, participação) ou a tarefas dos que não atingiu escores precisos (redações, desenhos, monografias).

Nem todas as tarefas escolares são organizadas de forma a resultar em contagem de acertos (os denominados itens objetivos) mesmo assim os professores atribuem valores numéricos a essas tarefas com a mesma determinação com o que fazem em relação aos itens objetivos. Entende-se que a compreensão de muitos professores é de que “tudo pode ser medido”, sem se dar conta que muitas notas são atribuídas aos alunos arbitrariamente, ou seja, por critérios individuais, vagos e confusos ou precisos demais para determinadas situações.

Essa arbitrariedade faz parte do cotidiano das escolas quando professores só corrigem trabalhos após tê-los todos em mãos dizem, inclusive precisar de uma “base” para “dar a nota”, essa referida base é justamente a necessidade de comparar os alunos, encontrar o trabalho nota 10, como ponto de partida na classificação dos demais. Curiosamente, a arbitrariedade desse procedimento parece ser resultante de uma necessidade do professor colecionar dados precisos do aluno, sem se dar conta que a imprecisão e a injustiça ocorrem justamente devido ao uso equivocado da medida em educação.

A partir dos anos 70, por influência do escalanovismo, os conceitos passam a fazer parte dos regimentos escolares intencionando duas mudanças principais: a primeira, de minimizar o privilégio a escores finais dos alunos obtidos em provas periódicas (produto final), valorizando, assim, o seu processo de aprendizagem é, a segunda, de encaminhar para a análise de aspectos afetivos e psicomotores ao lado dos aspectos cognitivos, antes exclusivamente privilegiados.

“Enquanto no modelo positivista, a ênfase avaliativa recai sobre a medida, do produto observável, no modelo subjetivista a preocupação volta-se, também, para a apreensão das habilidades já adquiridas (ou desenvolvimento), mas que não estão necessariamente refletidas nos produtos demonstráveis. Trata-se, agora, captar o subjetivo, de penetrar na caixa preta dos processos cognitivos”. (FRANCO, 1990, p.65).

Sem dúvida, alguns documentos referentes à avaliação, elaborados por órgãos oficiais e orientadores dos regimentos, contem inúmeras distorções e confusões teóricas. Reforçam, ao mesmo tempo, o caráter burocrático e mensurável da prática avaliativa, coerente à visão capitalista liberal de suas propostas pedagógicas.

Entretanto, como educadores, não podemos fugir à questão: Por quê? Dar notas, por quê? A que propósitos servimos como tais procedimentos, cometendo determinados equívocos?

A medida, em educação, deve resguardar o significado de um indicador de acertos e erros. Esse indicador passa a adquirir sentido a partir da interpretação pelo professor do que ele verdadeiramente representa quanto à produção de conhecimento pelo aluno. A qualificação não é absolutamente indispensável e muito menos essencial a avaliação. Consiste em uma ferramenta de trabalho, útil, somente, se assim for correspondida.

Conceber e nomear o “fazer testes”, o “dar notas”, por avaliação é uma atitude simplista e ingênua e significa reduzir o processo avaliativo, de acompanhamento e ação com base na reflexão, a poucos instrumentos auxiliares desse processo, como se nomeássemos por bisturi um procedimento cirúrgico. Pois a finalidade essencial do teste em educação e seu significado não se resume à sua aplicação, ao seu resultado, mas a utilização como fundamento investigativo, como ponto de partida para “ir além” no acompanhamento do processo de construção do conhecimento.

O uso equivocado deste instrumento de avaliação coloca toda e qualquer tarefa realizada pelo aluno. O teste é fundamental instrumento de questionamento sobre as percepções do mundo, avanços ou incompreensões dos alunos e exige do professor uma tarefa séria de interpretação. Por que meu aluno respondeu desta forma? Por que não respondeu? Os resultados dos testes não podem, de forma alguma, ser considerados como verdades terminais, absolutas sem significado. As tarefas que são propostas aos alunos devem sofrer uma centena de questionamentos por parte do educador. Assim, podemos sintetizar as características mais importantes da avaliação escolar.

2.1 Reflete a unidade objetivos – conteúdos e métodos:

A avaliação escolar é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, e não uma etapa isolada. Há uma exigência de que esteja concatenada com os objetivos – conteúdos – métodos expressos no plano de ensino e desenvolvidos no decorrer das aulas. Os objetivos explicitam conhecimentos, habilidades, e atitudes, cuja compreensão, assimilação e aplicação, por meio de métodos adequados, devem manifestar-se em resultados obtidos nos exercícios, provas, conversação didática, trabalho independente, etc.

Um aspecto particularmente relevante é a clareza dos objetivos, pois os alunos precisam saber para que estão trabalhando e no que estão sendo avaliados.

2.2 Possibilita a revisão do plano de ensino:

O levantamento das condições prévias dos alunos para iniciar nova matéria, os indícios do progresso ou deficiências detectados na assimilação de conhecimentos, as verificações parciais e finais são elementos que possibilitam a revisão do plano de ensino e o encaminhamento do trabalho docente para a direção correta. Não apenas nas aulas, mas nos contatos informais na classe e no recreio, o professor vai conhecendo dados sobre o desempenho escolar e crescimento dos alunos.

A avaliação ajuda a tornar mais claros os objetivos que se quer atingir. No início de uma atividade didática, o professor ainda não está muito seguro de como atingir os objetivos no decorrer do processo de transmissão e assimilação. A medida que vai conduzindo o trabalho e observando a reação dos alunos, os objetivos se vão classificando, o que possibilita tomar novas decisões para as atividades subseqüentes.

2.3 Ajuda a desenvolver capacidades e habilidades:

Todas as atividades avaliativas concorrem para o desenvolvimento intelectual, social e moral dos alunos, e visam diagnosticar como a escola e o professor estão contribuindo para isso. O objetivo do processo de ensino e de educação é que todas as crianças desenvolvam suas capacidades físicas e intelectuais, seu pensamento independente e criativo tendo em vista tarefas teóricas e práticas, de modo que se preparem positivamente para a vida social. A avaliação deve ajudar todas as crianças a crescerem: os ativos e os apáticos, os espertos e os lentos, os interessados e os desinteressados. Os alunos não são iguais, nem no nível socioeconômico nem nas suas características individuais. A avaliação possibilita o conhecimento de cada um, da sua posição em relação à classe, estabelecendo uma base para as atividades de ensino e aprendizagem.

2.4 Voltar-se para a atividade dos alunos:

A avaliação do rendimento escolar deve centrar-se no entendimento de que as capacidades se expressam no processo de atividade do aluno em situações didáticas. Por essa razão, é suficiente restringir as verificações a provas no final dos bimestres.

2.5 Ser objetivas:

A avaliação deve ter caráter objetivo, capaz de comprovar os conhecimentos realmente assimilados pelos alunos, de acordo com os objetivos e conteúdos trabalhados. Isso não significa excluir a subjetividade do professor e dos alunos, que está sempre presente na relação pedagógica, mas a subjetividade não pode comprometer as exigências objetivas sociais e didáticas inerentes ao processo de ensino. Para garantir a exigência de objetividade, aplicam-se instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação.

2.6 Ajuda na percepção do professor:

A avaliação é também, um fenômeno dos esforços do professor. Ao analisar os resultados do rendimento escolar dos alunos, obtém informações sobre o desenvolvimento do seu próprio trabalho. O professor pode perguntar-se: “Meus objetivos estão suficientemente claros? Os conteúdos estão acessíveis, significativos e bem dosados? Estou conseguindo comunicar-me adequadamente com todos os alunos? Estou dando a necessária atenção aos alunos com mais dificuldades? Ou estou dando preferência só aos bem sucedidos, aos mais dóceis e obedientes? Estou ajudando os alunos a ampliarem suas aspirações, a terem perspectivas de futuro a valorizarem o estudo?”.

2.7 Reflete valores e expectativas do professor em relação aos alunos:

Os conhecimentos, as habilidades e os hábitos, bem como a maneira de ser do professor, indicam as crenças e propósitos em relação ao seu papel social e profissional diante dos alunos. Se o professor dá mostras de desatenção à criança pobre ou mal-sucedida, isto pode estar indicando uma discriminação social com essa criança. Se não se empenha na organização dos alunos, nos hábitos de higiene, no relacionamento entre as crianças, indica que não valoriza esses aspectos. Atitudes de favoritismo por certos alunos, de preconceito social de ironia em relação ao modo de os alunos se expressarem, etc., são antidemocráticas, portanto deseducativas.

A avaliação é um ato pedagógico, nela o professor mostra as suas qualidades de educador na medida em que trabalha sempre com propósitos definidos em relação ao desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais dos alunos face as exigências da vida social. Entretanto, o fato do processo de avaliação ter como referencia os objetivos do ensino

não significa que estes possam ser determinados apenas com base na matéria do programa oficial ou do livro didático. Os objetivos devem expressar também as reais possibilidades dos alunos de modo que estejam em condições de cumprir as exigências colocadas pela escola.

A avaliação escolar, portanto, envolve objetividade e a subjetividade, tanto em relação ao professor com aos alunos. Se somente levar em conta aspectos objetivos, acaba tornando-se mecânica e imparcial, atendo-se somente às necessidades e condições internas dos alunos, pode comprometer o cumprimento das exigências sociais requeridas da escola.

Para superar criativamente essa aparente ambigüidade entre objetivo e o subjetivo, o professor precisa ter convicções éticas, pedagógicas e sociais. Ao fazer a apreciação qualitativa dos resultados escolares levará em conta os seus propósitos educativos. O fato de o aluno ser pobre não justifica tolerância com um desempenho escolar fraco, pois o professor deve exigir de todos uma sólida assimilação de conhecimentos. Por outro lado, não é democrático estabelecer objetivos cujo alcance esteja acima das reais possibilidades dos alunos. Nem por isso, postos determinados objetivos, devem-se rebaixar as exigências em termos de rendimento escolar. Assim Libânio afirma que a “Avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos”(Libâneo, p.195, 1994).

Os dados coletados no decurso do processo de ensino, quantitativos ou qualitativos, são interpretados em relação a um padrão de desempenho e expressos em juízos de valor (muito bom, bom, satisfatório, etc.) acerca do aproveitamento escolar. Podemos, então, definir a avaliação escolar com um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes:

Nos diversos momentos do processo de ensino, são tarefas de avaliação: a verificação, a qualificação e a apreciação qualificativa.

- Verificação: coleta de dados sobre o aproveitamento dos alunos, através das provas, exercícios e tarefas ou de meios auxiliares, como de observação de desempenho, entrevistas, etc;

- Qualificação: comprovação dos resultados alcançados em relação aos objetivos e, conforme o caso, atribuição de notas ou conceitos;
- Apreciação qualitativa: avaliação propriamente dita dos resultados, referindo-os a padrões de desempenho esperados.

A avaliação escolar cumpre pelo menos três funções: pedagógico-didática se refere ao papel da avaliação no cumprimento dos objetivos gerais e específicos da educação escolar. Ao se comprovar sistematicamente os resultados do processo de ensino, evidencia-se ou não o atendimento das finalidades sociais do ensino, da preparação dos alunos para enfrentarem as exigências da sociedade, de inseri-los no processo global de transformação social e de propiciar meios culturais de participação ativa nas diversas esferas da vida social. Libânio afirma que: “Ao mesmo tempo, favorece uma atitude mais responsável do aluno em relação ao estudo assumindo-o um dever social” (LIBÂNEO, p. 196, 1994).

Cumprindo sua função didática, a avaliação contribui para assimilação e fixação, pois a correção dos erros cometidos possibilita o aprimoramento, a ampliação e o aprofundamento de conhecimentos e habilidades e, dessa forma o desenvolvimento das capacidades cognitivas.

A função de diagnóstico permite identificar progressos e dificuldades dos alunos e a atuação do professor que, por sua vez, determinam modificações do processo de ensino para melhor cumprir às exigências dos objetivos. Na prática escolar cotidiana, a função de diagnóstico é mais importante porque é a que possibilita a avaliação do cumprimento da função pedagógico-didática e a que dá sentido pedagógico à função de controle. Libânio diz que: “A avaliação diagnóstica ocorre no início, durante e no final do desenvolvimento das aulas ou unidades didáticas” (Libâneo, p. 197, 1994).

No início, verificam-se as condições prévias dos alunos de modo a prepará-los para o estudo da matéria nova. Esta etapa inicial é de sondagem de conhecimentos e de experiências já disponíveis bem como de provimento dos pré-requisitos e de experiências já disponíveis bem como de provimento dos pré-requisitos para a seqüência da unidade didática. Durante o processo de transmissão e assimilação é feito o acompanhamento do progresso dos alunos, apreciando os resultados, corrigindo falhas, esclarecendo dúvidas, estimulando-os a continuarem trabalhando até que alcancem resultados positivos. Ao mesmo tempo, essa

avaliação fornece ao professor informações sobre como ele está conduzindo seu trabalho: andamento da matéria, adequação de métodos e materiais, comunicação com os alunos, adequabilidade da sua linguagem, etc. Finalmente, é necessário avaliar os resultados da aprendizagem no final de uma unidade didática, do bimestre ou do ano letivo. A avaliação global de um determinado período de trabalho também cumpre a função de realimentação do processo de ensino.

A função de controle se refere aos meios e à freqüência das verificações e de qualificação dos resultados escolares, possibilitando o diagnóstico das situações didáticas. Há um controle sistemático e contínuo que ocorre no processo de interação professor, alunos no decorrer das aulas, através de uma variedade de atividades, que permite ao professor observar como os alunos estão conduzindo-se na assimilação de conhecimentos e habilidades e no desenvolvimento das capacidades mentais. Neste caso, não se deve quantificar os resultados. O controle parcial e final se refere às verificações efetuadas durante o bimestre, no final do bimestre e no final do semestre ou ano, caso a escola exija o exame final.

Essas funções atuam de forma interdependente, não podendo ser consideradas isoladamente. A função pedagógica didática está referida aos próprios objetivos do processo de ensino e diretamente vinculada às funções de diagnóstico e de controle. A função diagnóstica se torna esvaziada pelo acompanhamento do processo de ensino que ocorre na função de controle. A função de controle, sem a função diagnóstico e sem o seu significado pedagógico didático, fica restringida à simples tarefa de atribuição de notas e classificação.

2.8 Critérios de avaliação

Avaliar significa emitir um juízo de valor sobre a realidade que se questiona, seja a propósito das exigências de uma ação que se projetou realizar sobre ela, seja a propósito das suas conseqüências. Portanto, a atividade de avaliação exige critérios claros que orientem a leitura dos aspectos a serem avaliados.

No caso da avaliação escolar, é necessário que se estabeleçam expectativas de aprendizagem dos alunos em conseqüência do ensino, que devem se expressar nos objetivos, nos critérios de avaliação propostos e na definição do que será considerado como testemunho das aprendizagens. Do contraste entre os critérios de avaliação e os indicadores expressos na

produção dos alunos surgirá o juízo de valor, que se constitui a essência da avaliação.

Os critérios de avaliação têm um papel importante, pois explicitam as expectativas de aprendizagem, considerando objetivos e conteúdos propostos para a área e para o ciclo, a organização lógica e interna dos conteúdos, as particularidades de cada momento da escolaridade e as possibilidades de aprendizagem decorrentes de cada etapa do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social em uma determinada situação, na qual os alunos tenham boas condições de desenvolvimento do ponto de vista pessoal e social.

Os critérios de avaliação apontam as experiências educativas a que os alunos devem ter acesso e são consideradas essenciais para o seu desenvolvimento e socialização. Nesse sentido, os critérios de avaliação devem refletir de forma equilibrada os diferentes tipos de capacidades e as três dimensões de conteúdos, e servir para encaminhar a programação e as atividades de ensino e aprendizagem.

É importante assinalar que os critérios de avaliação representam as aprendizagens imprescindíveis ao final do ciclo e possíveis à maioria dos alunos submetidos às condições de aprendizagem propostas; não podem, no entanto, ser tomados como objetivos, pois isso significaria um injustificável rebaixamento da oferta de ensino e, conseqüentemente, o impedimento a priori da possibilidade de realização de aprendizagens consideradas essenciais.

Os critérios não expressam todos os conteúdos que foram trabalhados no ciclo, mas apenas aqueles que são fundamentais para que se possa considerar que um aluno adquiriu as capacidades previstas de modo a poder continuar aprendendo no ciclo seguinte, sem que seu aproveitamento seja comprometido.

Os Critérios de Avaliação por Área e por Ciclo, definidos nestes Parâmetros Curriculares Nacionais, ainda que indiquem o tipo e o grau de aprendizagem que se espera que os alunos tenham realizado a respeito dos diferentes conteúdos, apresentam formulação suficientemente ampla para ser referência para as adaptações necessárias em cada escola, de modo a poderem se constituir critérios reais para a avaliação e, portanto, contribuir para efetivar a concretização das intenções educativas no decorrer do trabalho nos ciclos. Os critérios de avaliação devem permitir concretizações diversas por meio de diferentes indicadores; assim, além do enunciado que os define, deverá haver um breve comentário

explicativo que contribua para a identificação de indicadores nas produções a serem avaliadas, facilitando a interpretação e a flexibilização desses critérios, em função das características do aluno e dos objetivos e conteúdos definidos.

Exemplo de um critério de avaliação de Língua Portuguesa para o primeiro ciclo:

Escrever utilizando tanto o conhecimento sobre a correspondência fonográfica como sobre a segmentação do texto em palavras e frases.

Com este critério espera-se que o aluno escreva textos alfabeticamente. Isso significa utilizar corretamente a letra (o grafema) que corresponda ao som (o fonema), ainda que a convenção ortográfica não esteja sendo respeitada. Espera-se, também, que o aluno utilize seu conhecimento sobre a segmentação das palavras e de frases, ainda que a convenção não esteja sendo respeitada (no caso da palavra, podem tanto ocorrer uma escrita sem segmentação, como em 'derepente', como uma segmentação indevida, como em 'de pois'; no caso da frase, o aluno pode separar frases sem utilizar o sistema de pontuação, fazendo uso de recursos como 'e', 'aí', 'daí', por exemplo)".

A definição dos critérios de avaliação deve considerar aspectos estruturais de cada realidade; por exemplo, muitas vezes, seja por conta das condições ou de um ingresso tardio na escola, a faixa etária dos alunos de primeiro ciclo não corresponde aos sete ou oito anos. Sabe-se, também, que as condições de escolaridade em uma escola rural e multisseriada são bastante singulares, o que determinará expectativas de aprendizagem e, portanto, de critérios de avaliação bastante diferenciados.

A adequação dos critérios estabelecidos nestes parâmetros e dos indicadores especificados ao trabalho que cada escola se propõe a realizar não deve perder de vista a busca de uma metade qualidade de ensino e aprendizagem explicitada na presente proposta.

2.9 Decisões aos resultados da avaliação

Tão importante quanto o que e como avaliar são as decisões pedagógicas decorrentes dos resultados da avaliação, que não devem se restringir à reorganização da prática educativa encaminhada pelo professor no dia-a-dia; devem se referir, também, a uma série de medidas didáticas complementares que necessitem de apoio institucional, como o acompanhamento

individualizado feito pelo professor fora da classe, o grupo de apoio, as lições extras e outras que cada escola pode criar, ou até mesmo a solicitação de profissionais externos à escola para debate sobre questões emergentes ao trabalho. A dificuldade de contar com o apoio institucional para esses encaminhamentos é uma realidade que precisa ser alterada gradativamente, para que se possam oferecer condições de desenvolvimento para os alunos com necessidades diferentes de aprendizagem.

A aprovação ou a reprovação é uma decisão pedagógica que visa garantir as melhores condições de aprendizagem para os alunos. Para tal, requer-se uma análise dos professores a respeito das diferentes capacidades do aluno, que permitirão o aproveitamento do ensino na próxima série ou ciclo. Se a avaliação está a serviço do processo de ensino e aprendizagem, a decisão de aprovar ou reprovar não deve ser a expressão de um “castigo” nem ser unicamente pautada no quanto se aprendeu ou se deixou de aprender dos conteúdos propostos. Para tal decisão é importante considerar, simultaneamente aos critérios de avaliação, os aspectos de sociabilidade e de ordem emocional, para que a decisão seja a melhor possível, tendo em vista a continuidade da escolaridade sem fracassos. No caso de reprovação, a discussão nos conselhos de classe, assim como a consideração das questões trazidas pelos pais nesse processo decisório, podem subsidiar o professor para a tomada de decisão amadurecida e compartilhada pela equipe da escola.

Os altos índices de repetência em nosso país têm sido objeto de muita discussão, uma vez que explicitam o fracasso do sistema público de ensino, incomodando demais tanto educadores como políticos. No entanto, muitas vezes se cria uma falsa questão, em que a repetência é vista como um problema em si e não como um sintoma da má qualidade do ensino e, conseqüentemente, da aprendizagem, que, de forma geral, o sistema educacional não tem conseguido resolver. Como resultado, ao reprovar os alunos que não realizam as aprendizagens esperadas, cristaliza-se uma situação em que o problema é do aluno e não do sistema educacional.

A permanência em um ano ou mais no ciclo deve ser compreendida como uma medida educativa para que o aluno tenha oportunidade e expectativa de sucesso e motivação, para garantir a melhoria de condições para a aprendizagem. Quer a decisão seja de reprovar ou aprovar um aluno com dificuldades, esta deve sempre ser acompanhada de encaminhamentos

de apoio e ajuda para garantir a qualidade das aprendizagens e o desenvolvimento das capacidades esperadas.

Um outro lado na questão da avaliação é o aspecto normativo do sistema de ensino que diz respeito ao controle social. À escola é socialmente delegada a tarefa de promover o ensino e a aprendizagem de determinados conteúdos e contribuir de maneira efetiva na formação de seus cidadãos; por isso, a escola deve responder à sociedade por essa responsabilidade. Para tal, estabelece uma série de instrumentos para registro e documentação da avaliação e cria os atestados oficiais de aproveitamento. Assim, as notas, conceitos, boletins, recuperações, aprovações, reprovações, diplomas, etc., fazem parte das decisões que o professor deve tomar seu dia-a-dia para responder à necessidade de um testemunho oficial e social do aproveitamento do aluno, O professor pode aproveitar os momentos de avaliação bimestral ou semestral, quando precisa dar notas ou conceitos, para sistematizar os procedimentos que selecionou para o processo de avaliação, em função das necessidades psicopedagógicas.

É importante ressaltar a diferença que existe entre a comunicação da avaliação e a qualificação. Uma coisa é a necessidade de comunicar o que se observou na avaliação, isto é, o retorno que o professor dá aos alunos e aos pais do que pôde observar sobre o processo de aprendizagem, incluindo também o diálogo entre a sua avaliação e a auto-avaliação realizada pelo aluno. Outra coisa é a qualificação que se extrai dela, e se expressa em notas ou conceitos, histórico escolar, boletins, diplomas, e cumprem uma função social. Se a comunicação da avaliação estiver pautada apenas em qualificações, pouco poderá contribuir para o avanço significativo das aprendizagens; mas, se as notas não forem o único canal que o professor oferece de comunicação sobre a avaliação, podem constituir-se uma referência importante, uma vez que já se instituem como representação social do aproveitamento escolar.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DOS DADOS

O estudo de caso é um procedimento no qual seleciona apenas um objeto de pesquisa, obtendo grande quantidade de informações sobre o caso escolhido e conseqüentemente, aprofundando seus aspectos. Segundo Kelma (1987) ela afirma que:

O estudo de caso é uma pratica simples, que oferece possibilidade de redução de custos, apresentando como limitação a impossibilidade de generalização de seus dados. (KELMA, 1987, P.58).

Dentre os estudos de caso podemos citar a observação, a observação participante, a observação sistemática, observação em massa e o questionário que foi usado por nos já que é uma técnica de investigação que consiste responder por escrito a um formulário com questões entregues pessoalmente ou enviadas pelo correio. O tema dos questionários é a avaliação da aprendizagem numa perspectiva construtivista e libertadora já que, concebemos a avaliação como nova perspectiva do trabalho pedagógico na escola que valoriza o questionamento e a crítica, contribuindo assim, para a superação da cultura instalada tradicionalmente o que imprime conformismo e, individualismo. Sob essa ótica, a escola torna-se um espaço de reconstrução do conhecimento, considerando as experiências anteriores e o contexto em que as crianças estão inseridas.

O levantamento e a análise dos dados informados nos questionários nos deram referências para melhorar o planejamento dos conteúdos, a definição de metodologias e práticas avaliativas numa perspectiva construtivista e libertadora.

O presente trabalho foi realizado na E.M.E.I. F Fernando Leite, no sítio Picada dos Andrades- Município de São José de Piranhas a qual tem cinquenta alunos matriculados, sendo que o questionário foi aplicado no 3º ano, a qual tem 18 alunos, Teve como objetivo obter algumas informações no que diz respeito à compreensão da avaliação da aprendizagem.

Primeiro comunicamos aos alunos qual era o tipo de pesquisa que queria fazer com eles, posteriormente observei que alguns ficaram desinibidos, outros um pouco tímidos e entreguei os questionários para serem respondidos eles aceitaram sem constrangimento e voluntariamente falaram que me ajudariam e responderiam o questionário.

3.1 Análise crítica dos questionários dos alunos

A primeira pergunta era: Como você sente quando a professora diz: hoje é dia de prova? A maioria dos alunos respondeu que se sentem à vontade. Sobre essa postura diante da prova Hoffmann (1995) diz:

A prática de avaliação na primeira fase do ensino fundamental, através da relação professor aluno, caracteriza-se pelo desenvolvimento de ambos numa postura recíproca, igualitária e franca, no sentido de superar as dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem. (HOFFMANN, 1995, P. 18).

A segunda pergunta era: O que você acha do ensino da professora? Eles disseram que é legal, pois a professora ensina tudo de novo quando a gente não entende a matéria que ela está ensinando. A respeito dessa postura de Luckesi (1997) diz que:

O verdadeiro processo educativo desenvolve o diálogo e a colaboração entre alunos e professores. Considerando os aspectos quantitativos da aprendizagem. Estimulando o processo de reflexão, ação, a partir da compreensão crítica do saber que foi produzido pela humanidade. (LUCKESI, 1997, P.58).

A terceira pergunta era: Como você se sente quando não entende a matéria ou tarefa de casa? Eles responderam que ficam tristes, as vezes tiram as dúvidas com a professora,mas as vezes não fala que entendeu e quando chega em casa a mãe não ensina porque diz que não sabe e as vezes nem responde porque a mãe manda ajudar a ela. Sobre os vários aspectos relacionados a vida dos aluno, Libâneo (1994), afirma que:

O que acontece é então a atribuição de graus numéricos a vários aspectos relacionados à vida dos alunos na escola, indiscriminadamente diante desse equívoco a atribuição de notas a aspectos atitudinais dos estudantes como: comprometimento, interesse, participação ou a tarefas dos que não atingiu com precisão redações, desenhos, etc. (LIBÂNEO, 1994, P. 195)

A quarta pergunta era: Como você se sente quando tira uma nota baixa na sua avaliação? Os alunos disseram que ficam muito tristes, pois vão ter que fazer reposição e estudar a matéria tudo de novo e a mãe e o pai vão brigar e apanhar por que a nota é baixa. Gadotti (1984), afirma que: "a avaliação é essencial à educação inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação".

3.2 Análise dos questionários dos professores

O questionário foi aplicado com duas professoras: Maria Cristina Alcântara e Maria Sandra Coelho, ambas licenciadas em Pedagogia e lecionam a seis anos na referida escola. No questionário a primeira pergunta foi: Professor como você avalia as crianças? Que instrumentos utiliza? Eles responderam que a avaliação é feita de forma qualitativa e quantitativa. Quantitativa porque avalia o desenvolvimento de forma individual e quantitativa, quando avalio através de avaliação oral ou escrita para atribuir notas. "Sobre o processo avaliativo Lima (1998) diz:" avaliar deve ser sempre uma ação constante de observação do conjunto intelectual e emocional do indivíduo (p.92).

A segunda pergunta era: Quais os principais problemas e dificuldades que os alunos apresentam? A resposta foi: Os principais problemas são relacionados a falta de leitura e de conhecimento por não terem acesso a outros meios de comunicação que transmitem informações. Nesse sentido Hoffmann (1995) diz o seguinte: "a avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexões permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento, passo a passo do educando, na sua trajetória de construção do conhecimento"

A terceira pergunta era: Em sua opinião para que serve à avaliação? Responderam assim: para medir o conhecimento dos alunos e através desse método contribuir para um melhor desenvolvimento cognitivo do aluno. Sobre a função de medida, Franco (1990) diz que: "a medida em educação deve resguardar o significado de um indicador de acertos e erros. Esse indicador passa a adquirir sentido a partir da interpretação pelo professor do que ele verdadeiramente representa quanto à produção de conhecimento pelo aluno" (p.18).

A quarta pergunta foi: Por que a avaliação escolar é um processo contínuo? Eles responderam: por que o professor precisa estar sempre em sintonia com o aluno para avaliar o desempenho do aluno obtido diante do processo de ensino-aprendizagem. Sobre o termo avaliar Hoffmam (1995), diz: "avaliar indica verificar o desempenho do aluno no decorrer de todo o processo da educação, desde o início até o final, sem julgá-lo no decorrer do processo de aprendizagem" (p.66).

A quinta pergunta era: Qual a diferença entre avaliação na prática escolar atual e avaliação numa perspectiva construtivista? Eles disseram que: Ambas são atuais e importantes para trabalhar a avaliação do contexto escolar. A respeito do contexto escolar, Piaget (1997) diz que:

As teorias sobre a avaliação configuram-se hoje, em duas direções (não ambivalentes) em primeiro lugar, na análise dos princípios inerentes a uma proposta construtivista da educação, coerente com uma pedagogia libertadora, conscientizadora das diferenças sociais e culturais. E a outra na medida em que a ação avaliativa exerce um momento terminal do processo educativo como hoje é concebida (PIAGET, 1997 p.31).

3.3 Análise do questionário do gestor

O questionário foi realizado com a gestora Eirilânia Fernandes Coelho, licenciada em Pedagogia e exerce a formação a três anos. A primeira pergunta foi: Quais as principais características da avaliação escolar? Ela respondeu: A avaliação do processo de ensino e aprendizagem é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno em relação à programação curricular. Sobre essa afirmação Hoffmann (1991) ressalta que:

Um dos equívocos e contraditórios que se estabelecem em torno dessa prática é a dicotomia entre educação e avaliação os educadores percebem a ação de educar e a ação de avaliar como dois momentos distintos e não relacionados e exercem essas ações de forma diferenciada (HOFFMANN, 1991, p. 16).

A segunda pergunta foi: Qual a relação da avaliação e o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos? A resposta foi: Para o aluno, a avaliação é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Nesse sentido Piaget

(1997), diz que: "a ação avaliativa abrange justamente à compreensão do processo de cognição".

A terceira pergunta foi: Como deve ser efetivamente, na prática, a avaliação? A resposta foi: Deve ocorrer durante todo o processo ensino-aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho. Para esse trabalho ocorrer de forma eficaz, Hoffmann (1991), diz que: "é necessária a tomada de consciência e a reflexão a respeito desta compreensão equivocada de avaliação como julgamento de resultados porque ela veio se transformando numa perigosa prática educativa".

A quarta pergunta foi: Quais seriam os principais equívocos que a maioria dos professores tem a cerca de avaliação? Ela respondeu. O professor usa a avaliação somente para dar notas, punição, reprovar e considerar apenas o aspecto quantitativo. Ainda sobre os equívocos cometidos pelo professor a respeito da avaliação, Hoffmann (1995), diz que:

A discussão desse tema encontra um forte ampliador que se constitui na relação estreita estabelecida por muitos professores do tipo 'dar nota é avaliar', 'fazer prova é avaliar'. Então sobre a necessidade de conhecimentos que envolvesse a equívocos pertinentes a definição de avaliação como sinônimo de testar e medir estudos sobre avaliação que incluem a análise desses procedimentos e as confusões de terminologia. (HOFFMANN, 1995, P-44).

A avaliação é um processo contínuo que envolve alunos e professores, pois é um componente do processo de ensino que visa através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes, com o objetivo propostos e, daí, orientar as atividades didáticas a serem desenvolvidos.

3.4 Análise de Estágio

Na primeira semana do estágio em sala de aula busquei enquanto educadora democrática não negar-me o dever de, minha prática docente, reforçar a capacidade crítica dos educando sua curiosidade, sua insubmissão. Procurei trabalhar tarefas onde às informações dos componentes curriculares eram transformados em produtos culturais (murais) procurando trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se "aproximar" dos objetos cognitivos sendo que, esta rigorosidade metódica não teve nada haver com o discurso

“bancário” mas sim, propus condições em que aprender criticamente é possível procurando sempre despertar nos educando seres criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos. Assim, procurei avaliá-los através do levantamento de dados considerando a relação mútua entre os aspectos quantitativos e qualitativos.

Na segunda semana trabalhei com os alunos a leitura das informações contidas nas diversas embalagens procurando trabalhar a interdisciplinaridade, além da exposição das embalagens e pesquisa de preços levando-os a simularem uma feira e comparação de preços de um comércio para outro. Nessa atividade procurei discutir com os alunos a realidade concreta a que se deve associar a disciplina cujo conteúdo ensinei estabelecendo a relação entre os saberes curriculares fundamentais dos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos. Nessa atividade procurei avaliar as influências externas e condições internas dos alunos tendo como objetivo o desenvolvimento autônomo e independente dos alunos.

Na terceira semana procurei levar os alunos em locais onde eles poderiam ter subsídios para melhor compreender o conteúdo ensinado usando recursos como a observação, entrevistas, questionários e pesquisa. Nessa atividade procurei propiciar as condições em que os educando em suas relações com os outros e todos com a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador e realizador de sonhos. A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa. Procurei avaliar no decorrer do processo de transmissão e assimilação e na medida que foi se conduzindo o trabalho e observando a relação dos alunos e quais as possibilidades que tomaria a novas decisões para as atividades subseqüentes.

Na quarta semana de estágio levei como relevância o registro de conclusões (cadernos) dos alunos nos quais anotaram tudo que foi trabalhado em sala durante o estágio de regência o qual deve como objetivo despertar os educandos a escrever e lê mais além de verificar o grau de observação e criatividade de cada um em relatar os fatos. Nessa atividade procurei verificar o desenvolvimento das habilidades intelectuais dos alunos na assimilação dos conteúdos ensinados por exemplo: raciocínio lógico, organização das idéias clareza de expressão, originalidade, capacidade de fazer relações entre os fatos, idéias e coisas, capacidade de aplicação de conhecimentos etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incursão no estudo sobre avaliação da aprendizagem numa perspectiva construtivista e libertadora através da teoria nos fez constatar o quanto a avaliação é importante no processo ensino aprendizagem colaborando para o desenvolvimento psicossocial da criança. A avaliação se constitui como subsídio para refletir constantemente sobre a sua prática. Pois, avaliando o professor pode vivenciar papeis e situações para as quais ainda não está preparado para viver. Assim, gradativamente vai assimilando posturas, valores para a prática em sala de aula.

Entretanto, por na maioria das vezes compreendermos a avaliação focalizada no controle mediante notas ou conceitos, á vista da visão tradicional, não recebe a atenção necessária por parte dos educadores e educandos que é diretamente responsável pela formação da criança.

Através do estudo realizado podemos constatar que as mães a partir de suas próprias experiências reconhecem que é importante avaliar. Entretanto, na luta diária não encontram tempo para participar e orientar seus filhos. Estes por sua vez se ressentem da ausência da mãe e demais membros da família.

É necessária a tomada de consciência e a reflexão desta compreensão equivocada de avaliação como julgamento de resultados que hoje vem se transformando numa perigosa prática. Passando a entender como um processo dialógico, no qual educando e educadores aprendem no ato próprio da avaliação.

É possível compreender o sistema avaliativo como elemento integrador entre aprendizagem e ensino, por se tratar de uma comunidade rural as crianças consultoras dispunham de menos liberdade para brincar e avaliar fato este que pode implicar num melhor desenvolvimento intelectual e social, uma vez que se ampliam as oportunidades de convivência e enriquecimento no processo avaliativo.

Com base no estágio feitos podemos comprovar concretamente como as trocas interpessoais são importantes para a inclusão social. Através da interação entre crianças com níveis de idades e experiências diferentes foi possível verificar como as mais novas foram

assimilando os conteúdos participando das tarefas intermediatas pelo diálogo e o confronto de idéias. Outro aspecto a ser ressaltado é que nessa convivência se estabelece laços afetivos e a cooperação tão significativos para a vida em sociedade.

REFERÊNCIA

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais –** Introdução, Brasília, 1997.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola a** Universidade. Porto Alegre: Educação e realidade, 1995.

_____, Jussara. **Mito e desafio: Uma perspectiva construtivista.** 17º ed. Porto Alegre: Educação e realidade, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 6º ed. São Paulo, Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudo e Proposições.** 10º ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____, Cipriano Carlos. **“Avaliação da Aprendizagem Escolar”.** Apontamentos sobre a pedagogia do exame, ABT, São Paulo, 1997.

SANTOS, Antônio Raimundo. **Metodologia Científica: A construção do conhecimento.** 3º ed. Rio de Janeiro: D&A editora, 2000.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação. Emancipatória: Desafios e Teorias e a Prática de avaliação e** Reformulação de Currículo. 2º ed. São Paulo, Artez, 1994.

ANEXOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO: PEDAGOGIA**

QUESTIONÁRIO DO GESTOR

1. Quais as principais características da avaliação escolar?
2. Qual a relação da avaliação e o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos?
3. Como deve ser efetivamente, na prática, a avaliação?
4. Quais seriam os principais equívocos que a maioria dos professores tem a cerca de avaliação?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO: PEDAGOGIA**

QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES

1. Professor como você avalia as crianças?
2. Quais os principais problemas e dificuldades que os alunos apresentam?
3. Em sua opinião para que servem à avaliação?
4. Por que à avaliação escolar é um processo contínuo?
5. Qual a diferença entre avaliação na prática escolar atual e avaliação numa perspectiva construtivista?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO: PEDAGOGIA**

QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS

1. Como você se sente quando a professora diz: hoje é dia de prova?
2. O que você acha do ensino da professora?
3. Como você se sente quando não entende a matéria ou a tarefa de casa?
4. Como você se sente quando tira uma nota baixa na sua avaliação?